

Assédio no Transporte Público em SP: Análise Comparativa do Conteúdo dos Portais de Notícias Uol e G1¹

Conrado Gomes da Silva OLIVOTTI²

Giuliano TOSIN³

Luiza Condado de MORAES⁴

Maria Júlia Bueno Cabral⁵

Rafaela Soares Carvalho RODRIQUES⁶

Centro Universitário UNIFAAT, Atibaia, SP

RESUMO

O trabalho aborda o caso de violência contra uma mulher que ocorreu na Avenida Paulista em agosto de 2017, dentro de um ônibus. A partir desse caso, analisa-se a discussão acerca da mulher e seu gênero, bem como os efeitos dos movimentos feministas, auxiliando no posicionamento e garantia dos direitos das mulheres nos espaços públicos. É investigado como os dois veículos jornalísticos selecionados abordaram e noticiaram o fato em cada matéria publicada. Além disso, por meio de uma pesquisa de opinião e entrevistas com especialistas no assunto, o trabalho busca elucidar a questão da violência sexual contra a mulher e comprovar que suas causas apontam para uma cultura patriarcal ainda vigente em grande parte da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Contra a Mulher; Assédio; Feminismo; Reportagem Jornalística; Newsmaking.

Introdução

A violência contra a mulher no transporte público é um assunto que tem sido discutido ao longo de anos por diversos especialistas, sejam eles historiadores, antropólogos ou sociólogos, entre outros. Estudar, discutir e disseminar informações acerca dessa temática leva à reflexão sobre a legitimação social da violência dos homens contra as mulheres. Por meio das pesquisas realizadas e do caso analisado, propomos trazer à tona a realidade vivida por muitas mulheres todos os dias em nosso

¹ Trabalho apresentado no GP Conteúdos Digitais e Convergências Tecnológicas, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Jornalismo da UNIFAAT conraolivotti@icloud.com

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo do Centro Universitário UNIFAAT, e-mail giulianotosin@gmail.com

⁴ Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Jornalismo da UNIFAAT luizacondado@hotmail.com

⁵ Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Jornalismo da UNIFAAT mariajuliacabral.jor@gmail.com

⁶ Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Jornalismo da UNIFAAT soaresrafaela.rodrigues@gmail.com

país. Dessa forma, podemos chamar a atenção para a abordagem da mídia em casos de violência, o descaso da lei, a invisibilidade das vítimas e a passividade da sociedade perante casos de abuso sexual no transporte público.

Em cada item deste trabalho buscamos contextualizar o leitor através de um histórico da luta das mulheres ao longo dos anos por direitos e igualdades civis. Salientamos também o papel da cultura machista, que acoberta os agressores. Trazemos intimidade com o tema da violência contra a mulher, quebrando assim, os tabus que silenciam a voz feminina. Ademais, debater a fundo sobre a violência dos homens contra as mulheres visa promover conscientização coletiva.

Buscamos, por meio de uma análise do caso de assédio sexual no ônibus em São Paulo, ocorrido em agosto de 2017, entender quais os desafios da mulher brasileira na busca pela integridade física e psicológica, uma vez que tal violência é socialmente aceita pela cultura brasileira e considerada de menor importância. A análise visa ainda refletir sobre o papel da mídia, em especial dos portais G1 e UOL, escolhidos como objeto de estudo deste artigo. Dessa forma, discorreremos a respeito do conteúdo desses veículos, bem como a forma de abordagem direcionada ao caso.

Tratando de um viés jornalístico, são abordadas neste trabalho ainda as características que tornam o caso de Cíntia Souza, vítima do assédio, um acontecimento de interesse público. Adotando as teorias de valor-notícia desenvolvidas por Galtung e Ruge como meio de análise dos fatos, é possível entender o porquê da grande repercussão do caso nos veículos de massa e o impacto social causado pelo acontecimento, a ponto de ser criada uma nova lei que puna adequadamente tal violência.

O Feminismo e a Violência contra a Mulher

A mulher historicamente é submetida a uma posição de inferioridade em relação ao sexo masculino. Desde seu nascimento, a figura feminina sempre foi associada a uma propriedade do homem: inicialmente seu pai, que passava a “tutela” da filha ao marido quando esta se casasse. As mulheres ao longo dos anos alcançaram a emancipação, principalmente a partir dos movimentos feministas que ocorreram nos Estados Unidos na segunda metade da década de 1960 e se espalharam pelo mundo.

Porém, grande parte dos pensamentos retrógrados relacionados ao “ser mulher”, foram transmitidos durante gerações. Tais pensamentos foram perpetuados ao longo dos

anos por diversos mecanismos sociais que constituem a chamada “Cultura Patriarcal”, que nada mais é do que a cultura delimitada a partir dos valores masculinos. Esses mecanismos se apresentam em diferentes níveis, muitas vezes “invisíveis” ou imperceptíveis aos nossos olhos, fazendo com que não demos conta de que certas ações ou reflexões sejam opressoras.

Essa organização esquematizada pela sociedade se dá, principalmente, a partir da manipulação do pensamento dos cidadãos a fim de que todos concordemos em algum nível, com a dominação masculina à feminina. Aqui, a dominação ainda não se dá de forma clara, mas se encontra num estado subjetivo, que Heleieth Saffioti, filósofa e pesquisadora sobre os estudos feministas no Brasil, descreve em seu artigo “Violência de Gênero no Brasil” como “violência ideacional” ou seja, uma forma de domesticação das mulheres no campo das ideias e pensamentos:

Para a posição aqui assumida, não se trata meramente de um conjunto mais ou menos sistemático de ideias, mas também, e fundamentalmente, de estruturas de poder. Esta postura tem como premissa a precedência das práticas sobre as ideias. Em outros termos, trata-se da violência enquanto modalidade material de controle social e da repressão exercida através de formas de socialização. Não se está, com isto, afirmando que a repressão, exercida ao nível das ideias, não contenha violência. Ao contrário, reconhece-se o caráter violento - no plano - do processo de domesticação das mulheres. (1994, pp. 444-445)

Para Saffioti, a violência contra a mulher acontece primeiramente a partir da premissa de que existe uma continuidade da repressão exercida contra o gênero nas formas que constituem a sociedade, e, portanto, a socialização entre as pessoas. Essa relação de poder é quase sempre relacionada a fisiologia humana, e assim, ao sexo biológico: o órgão sexual assume uma relação não mais apenas de gênero, mas social.

Para que funcione corretamente, o “cultivo” do raciocínio é disseminado de forma hegemônica, para que toda a sociedade se acostume com a ideia de submissão feminina. Judith Butler, filósofa pós-estruturalista americana, destaca em seu artigo “Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo” a forma como a sociedade lida com o termo “Mulher”.

Pois se o termo permite uma re-significação, se o referente não é fixo, então se tornam possíveis possibilidades de novas configurações. Em certo sentido, o que mulheres significa foi dado como certo durante tempo demais e o que foi determinado como “referente” do termo foi “fixado”, normalizado, imobilizado, paralisado em posições de subordinação. (1998, p. 25)

Partimos do pressuposto de que feminismo não é o oposto de machismo. O feminismo nasceu a partir dos movimentos feministas ocorridos no século XIX nos

Estados Unidos e no Reino Unido. Originalmente, o feminismo é caracterizado como um movimento que tem como foco principal a luta por direitos iguais entre gêneros. De gerações em gerações, sabemos que a mulher sempre atuou de forma passiva perante ao homem. Com o prevalecimento de força física e papéis sociais já estabelecidos para os sexos, o regime machista transformou a figura masculina em dominador.

A violência contra a mulher acontece de muitas formas diferentes: física, psicológica, moral e sexual. No ano de 2017, segundo o portal de notícias online G1, foram registrados 60.018 casos de estupro, 221.238 queixas de violência doméstica, 4.473 homicídios dolosos, sendo 946 considerados feminicídios e crimes de ódio justificados pelo fato de a vítima ser mulher.

A violência de gênero no Brasil é um dos únicos tipos de violência aceita no país. Isso se deve primeiramente à história, que justifica os atos violentos com estereótipos como: “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, ou ainda legitimando atos violentos. Judith Butler descreve tais atos da seguinte forma:

Uma linha similar de raciocínio está em funcionamento nos discursos sobre estupro quando o “sexo” de uma mulher é responsabilizado por seu estupro [...] A primeira cláusula sugere que ela “pertence” ao lar, ao seu homem, e que o lar é o lugar no qual ela é a propriedade doméstica daquele homem, e as “ruas” a estabelecem como aberta à caça. Se ela está buscando ser estuprada, está buscando ser a propriedade de outro, e esse objetivo é instalado em seu desejo, concebido aqui como bastante frenético em sua busca. [...] Uma vez que se tornar propriedade de um homem é o objetivo de seu “sexo”, articulado em, e por seu desejo sexual, e o estupro é o meio pelo qual essa apropriação ocorre “na rua”. Então “estupro” é a consequência lógica da realização de seu sexo e sua sexualidade fora da domesticidade. (1998, p. 27)

O cenário de dominação masculina nos espaços públicos se manteve por muitos anos. A luta das mulheres por igualdade política, inserção no mercado de trabalho e rompimentos das atividades tradicionais possibilitaram a introdução da figura feminina nos espaços que antes eram de posse masculina. O assédio sexual nos espaços no transporte público deriva-se dos problemas da cultura patriarcal vigente no Brasil. As passadas de mão, encoxadas, assobios, cantadas e olhares maliciosos configuram o que milhares de mulheres sofrem todos os dias no país.

Segundo pesquisa realizada em 2016 pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP), 85% das mulheres têm medo de sofrer violência sexual. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, também de 2016, dados atestaram que 40% das mulheres já sofreram assédio dos mais variados tipos, sendo que 26%

receberam comentários desrespeitosos ao andar na rua, 10,4% foram assediadas fisicamente e 5% foram agarradas ou beijadas sem o consentimento. Todos os dias são publicadas notícias de casos de abuso sexual no Uber ou no metrô de SP, um exemplo publicado foi de uma moça, vítima de violência sexual, num trem no estado do Rio de Janeiro.

Criações de vagões especiais somente para as mulheres em metrôs e trens, cooperativas femininas de táxi ou aplicativos de transporte econômico são estratégias que surgem a todo momento por mulheres que já sofreram tais violências. A exemplo disso, a PL 341/2005 passou por votação, no qual se pretendia criar vagões exclusivos para mulheres, alegando proteção para elas durante o horário de maior lotação em que poderiam sofrer abusos sexuais. Porém, segregação das mulheres, bem como a restrição dos transportes e vias públicas configuram e reforçam a ideia de que a segurança da mulher só é possível em locais livres da presença masculina. Para a jornalista Tainá Figueroa, formada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e atualmente repórter pela Rede Record, não seriam necessárias medidas de isolamento se houvesse bom exercício da educação. (REF) Adotar meios de transporte de uso exclusivamente feminino enfatiza e aceita os desejos e impulsos masculinos como instintivos e naturais. A respeito disso, a militante feminista e historiadora Simone Alves Santos escreve:

Tais práticas, apesar de emergenciais, ligadas a políticas de proteção às mulheres, são insuficientes para combater o assédio e a violência sexual às mulheres, já que ainda resultam de concepções amplamente naturalizadoras do comportamento dos homens diante das mulheres. Os desejos e os impulsos sexuais masculinos ainda são vistos como naturais e instintivos, justificando todo tipo de controle, assédio e agressões dos homens às mulheres, vistas como seres passivos, como objetos de domínio do masculino e responsáveis pela sedução dos homens. (2015, p-36)

Leis que auxiliam na proteção e na segurança à mulher surgiram a partir dos movimentos feministas. No Brasil, em meados dos anos 1980, surge no Estado de São Paulo as delegacias da mulher, sendo até hoje uma das principais formas de combate de violência contra as mulheres e de impunidades. Também nos anos 1980, em Campinas, o SOS Mulheres começa o trabalho com a saúde relacional e psíquica de mulheres com a violência, a partir de programas e ações socioassistenciais, psicossociais e jurídicas. Nos anos de 1990, há um grande movimento e criação de ONGS por todo o país que auxiliam e trabalham para a proteção e na saúde das mulheres violentadas.

A partir dos anos noventa houve uma dispersão dos movimentos feministas e uma flagrante institucionalização. Algumas dessas mudanças podem ser

identificadas no rápido crescimento das ONGs feministas. (...) A especialização temática e a formação de redes também demonstram novas práticas sociais. (SILVA, 2000, p. 6)

A formação de redes, como cita Suzana Veleda da Silva, pode ser exemplificada pela própria SOS Mulher, que se iniciou em Campinas, mas que está presente em grande parte das regiões e capitais brasileiras. Uma forma de rede, pode ser usada também pelo 180, um número gratuito e nacional da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, ligada às Polícias Militares de todo o Brasil para que seja realizada, em anonimato, denúncias de violência contra a mulher. Para que as proteções e os auxílios para com as mulheres continuem sendo realizados, ampliados e estruturados, é necessário que o Estado esteja à frente tanto das ONGs que fazem o trabalho, e também no auxílio de educação para a sociedade, fortalecendo o debate do assunto dentro e fora de casa.

Baseado no caso de assédio no ônibus ocorrido em agosto de 2017, no qual Diego Ferreira de Novaes ejaculou no ombro da passageira Cíntia Souza, a senadora Marta Suplicy promoveu uma lei que torna crime a importunação sexual. A Lei foi sancionada no dia 24 de setembro de 2018 pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli. Havia uma contravenção sobre a importunação sexual, no qual só se pagava multa, após a validação da lei, os casos serão criminosos com pena de um a cinco anos de detenção. Gerando também o aumento das penas nos casos de estupro coletivo, quando cometido por duas ou mais pessoas. Divulgação de imagens de estupro, cenas de nudez, sexo ou pornografia, sem o consentimento da vítima, prevê prisão, e dependendo do caso, pode ter a pena elevada.

G1 x UOL

Os portais selecionados são de imensa visibilidade e de forte representação para o jornalismo brasileiro. O portal G1 pertence ao Grupo Globo, que foi fundado em 1925 por Irineu Marinho, com a criação do jornal vespertino carioca “O Globo”. Após sua morte, vinte e cinco dias depois da primeira tiragem do jornal, seu filho, Roberto Marinho, começou a cuidar da presidência do grupo até 2003. Em meados dos anos de 1960, inaugura na capital carioca a TV GLOBO, entrando no ar pelo canal 4, tornando-se uma das maiores redes de televisão do Brasil. Após sua morte, o grupo passou a ser cuidado pelos três filhos. A partir de 2006, já com um vasto enriquecimento e reconhecimento da sociedade, o grupo iniciou a projeção de crescimento na internet e

investiu nas novas mídias, já tendo a criação da globo.com. A Central Globo de Jornalismo iniciou uma migração mais forte para a internet com a criação do G1, um portal somente no formato *all news*, que reúne profissionais dos canais de TV e rádio do grupo. O G1 possui cinco redações próprias, localizadas no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Recife. Também tem produções colaborativas de revistas da própria organização, fazendo com que a produção de reportagem e notícias do portal seja 24 horas por dia.

O outro portal selecionado é o UOL, pertencente ao Grupo Folha, que teve sua origem em 1921, em oposição ao “O Estado de S. Paulo”. O grupo é um conglomerado, que possui seis empresas: Folha de São Paulo, Universo Online (UOL), Publifolha, Plural Editora e Gráfica, Transfolha e Datafolha. O portal UOL, surgiu em 1996, como provedor de acesso à internet e conteúdo. No decorrer dos anos, começou a criar páginas com matérias direcionadas ao público-alvo, sendo eles: UOL Notícias, UOL Esportes, UOL Mulher, Bate Papo UOL, etc. Também dentro do portal, hospeda-se a versão online do jornal Folha de São Paulo, bem como sites dos canais do grupo Bandeirantes e da RedeTV. O UOL é o quinto maior portal mais acessado do Brasil, com mais de 50 milhões de visitas por mês e suas colunas/páginas acessadas 6,7 bilhões de vezes.

Descrição das reportagens

Para a finalidade do presente estudo, foram selecionadas seis publicações do portal G1 referentes ao caso, sendo a primeira: “Mulher sofre assédio sexual dentro de ônibus na Avenida Paulista”, publicada dia 29/08/2017 com o subtítulo “Homem ejaculou na mulher, que ficou em estado de choque, e foi levado para o 78º DP, nos Jardins. Caso ocorreu no dia em que campanha contra assédio no transporte público é lançada”, tendo a quantidade de 1.991 caracteres, 4 fotos/vídeos, 2 hiperlinks e é um texto informativo. A segunda: “Homem solto após ejacular em mulher em ônibus é preso de novo ao atacar outra passageira”, publicada dia 02/09/2017 com o subtítulo “Diego Novais esfregou pênis na manhã deste sábado perto da Av. Paulista, Centro de SP, e foi indiciado por estupro. Na terça, foi preso pelo mesmo crime, mas acabou solto na quarta pela Justiça”, obtém 5.483 caracteres, fotos/vídeos no total de 6, com 6 hiperlinks, sendo um texto informativo.

A terceira: “Assédio sexual não é punido por falta de formação de juízes ou de lei específica, apontam juristas”, publicada em 01/09/2017 com o subtítulo “G1 ouviu cinco mulheres especialistas na área. Para elas, Justiça brasileira não compreende gravidade da violência de gênero e falha ao não aplicar legislação existente nos casos de abuso em transporte público”. Em sua estrutura há um total de 4.377 caracteres, 3 fotos/vídeos, 2 hiperlinks, é opinativo. A quarta é “Preso por estupro em ônibus diz que abusos começaram após ficar em coma”, publicada em 02/09/2017 com o subtítulo “Diego Ferreira de Novais, preso neste sábado pela 2ª vez nesta semana, disse que tem 'vontade compulsiva' e que escolhe vítimas aleatoriamente, 'a que estiver mais perto’”, possui 5.353 caracteres, 3 fotos/vídeos, 3 hiperlinks, e é um texto informativo.

A quinta publicação selecionada do G1: “Homem que abusava de mulheres em ônibus na Paulista é condenado a 2 anos de prisão por crime de 2013”, publicada em 05/09/2017 com o subtítulo, “Justiça de SP condenou Diego Novais na segunda-feira (4) por crime cometido há quatro anos na região da Avenida Paulista. Ele já está preso por estupro ocorrido no sábado (2) ”, possui 1.384 caracteres, fotos/vídeos no total de 4, com 3 hiperlinks, é um texto informativo. A sexta: “Ministro Dias Toffoli sanciona lei que torna crime a importunação sexual”, publicada em 24/09/2017 com o subtítulo “Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli substitui o presidente da República, Michel Temer, que está em Nova York”, possui 2.017 caracteres, 1 foto/vídeo, não tem hiperlink e é um texto informativo.

No portal UOL também foram analisadas seis publicações referentes ao caso. A primeira é: “Jovem é vítima de assédio sexual em ônibus na Paulista”, publicada dia 29/08/2017, possui 1.410 caracteres, não tem foto/vídeo e hiperlinks e é um texto informativo. A segunda: “Me causa tristeza ver que a Justiça falha, diz cobrador que socorreu vítima de estupro em ônibus”, publicada em 30/08/2017, tem 1 hiperlink, 1 foto/vídeo, 3.736 caracteres e é informativa. A terceira: “Veja os crimes na ficha de homem preso por estupro na avenida Paulista”, publicada em 01/09/2017, com 5.053 caracteres, tem 2 fotos/vídeo, 4 hiperlinks, sendo informativa. A quarta: “Solto após ejacular em mulher em ônibus em SP, homem repete ato e é preso”, publicada dia 02/09/2017, tem 2.238 caracteres, 2 fotos/vídeo, 1 hiperlink e é informativa.

A quinta publicação selecionada intitula-se “Juiz condena suspeito de estupro na Paulista por crime sexual cometido em 2013”, foi publicada dia 05/09/2017, possui 4.332 caracteres, 2 fotos/vídeo, 3 hiperlinks e também é um texto informativo. A sexta é

“Importunação sexual vira crime no Brasil”, foi publicada em 25/09/2018, possui 2.030 caracteres, não tem hiperlink e é informativa.

Análise do conteúdo selecionado

Para bem analisarmos o caso de Cíntia Souza, é necessário, *a priori*, que entendamos os métodos jornalísticos utilizados para tal. A principal teoria utilizada para a análise é o newsmaking. Ela consiste na ideia de que a rotina industrial determina como serão as notícias. Para isso, é necessário ter uma organização e seleção daquilo que deve ser considerado notícia, utilizando assim os critérios de noticiabilidade e valores-notícia.

A noticiabilidade é um conjunto de requisitos necessários para que um evento seja transformado em notícia. Segundo Mauro Wolf, o valor-notícia é um componente da noticiabilidade que responde à pergunta: "quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícia?", ou seja, devem haver critérios para que algo seja publicado e que determinem o que deve ser colocado em destaque na edição.

O critério do valor-notícia pode ser segmentado primeiramente em: Critérios substantivos, aqueles que se referem ao conteúdo e se dividem em Importância da Notícia e Interesse da notícia. O primeiro se refere ao valor-notícia “notoriedade”, ou seja, grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos; o Impacto Sobre a Nação, quando existe relação de proximidade com o povo e interesses do país; Quantidade de pessoas envolvidas, referindo-se ao número de indivíduos em contraposição a importância das pessoas, levando-nos ao valor-notícia “afinidade cultural” e “distância”. Desenvolvimentos futuros do acontecimento, que nada mais é, que a duração prolongada do evento.

Já o Interesse da Notícia se baseia na ideia de que as notícias são interessantes se dada a elas uma interpretação de “interesse humano”, ou seja, notícias inusitadas. Esse tipo de notícia tem uma forte capacidade de entretenimento, sendo muito utilizada principalmente pela mídia sensacionalista.

Os critérios relativos ao produto, se referem diretamente ao mercado jornalístico, relacionando-se **A)** Cobertura: em que medida o evento é acessível aos jornalistas e o quanto é tecnicamente tratável; **B)** Brevidade: notícias longas x notícias curtas, isto é, a extensão da matéria; **C)** “As más notícias são boas”: remetendo à inflação, desvio e ruptura com o curso normal das coisas. **D)** A novidade da notícia: novidade interna

(aquela que se refere ao interesse jornalístico) x externo (público) x e a concorrência. E) Balanceamento: composição equilibrada do noticiário em seu conjunto.

Já os critérios relativos ao meio, estão ligados à disponibilidade do material para a criação da notícia, bem como a frequência do acontecimento *versus* meio. Os critérios relativos ao público dizem respeito: a autonomia do jornalista em contraposição ao interesse do público e a “proteção”, ou: não noticiabilidade de fatos que possam trazer traumas ou ferir a sensibilidade do público.

Por fim, temos os critérios relativos à concorrência. O primeiro é a raridade do furo jornalístico, visto que os principais veículos possuem equipes os mesmos lugares. Em seguida temos as “expectativas recíprocas”, que fazem com que as notícias sejam selecionadas por esperar que os concorrentes também o façam. As expectativas recíprocas também desencorajam inovações, tendendo a padronizar as notícias.

Os dois veículos escolhidos para análise foram o G1 e UOL. A começar pelo G1, notamos o imediatismo na transmissão na notícia, já que a violência ocorreu no horário de almoço e o veículo publicou a matéria às 15h30 com informações mais cruas sobre o ocorrido. Já o portal UOL teve a primeira notícia a respeito do assunto por volta das 17h25. A frequência também foi selecionada devido a duração da ocorrência, pois a violência cometida pelo Diego Ferreira de Novais aconteceu num pequeno espaço de tempo, e dentro de um ambiente popular, porém o caso não apresentava características rotineiras. Neste caso de violência sexual no transporte público, também cabe o critério da negatividade. Obviamente, o caso teve repercussão nacional, pois denuncia problemas de ética e segurança pública na cidade, o que fez a notícia ser vendida mais rapidamente que as demais em pauta na época, até pela facilidade em ser noticiada.

O episódio ganhou destaque mediante ao caráter inesperado que possuía, diretamente relacionado com o fato de não se poder prever um abuso sexual dentro de um meio de transporte, ainda mais quando o agressor utiliza de uma abordagem tão inimaginada. Outrossim, o acontecimento, abuso sexual dentro de um ônibus, é um fato muito claro e simples de ser compreendido pela grande massa, não havendo grandes aberturas para interpretação ou a exigência de conhecimento específico sobre o tema para entender do que se trata a violência sexual, portanto a veiculação da notícia foi quase que imediata.

Percebe-se o critério da personalização e significado já que, segundo o G1 e UOL, o agressor já tinha mais de 10 passagens pela polícia, sendo decisão do indivíduo abusar de uma mulher num ambiente público. Essa ação é de maior interesse humano e,

portanto, mais provável de ser retratada por um jornalista; já o segundo é relacionado com o fato da proximidade geográfica, ou seja, o abuso ocorreu na cidade de São Paulo, que compartilha com todo o Brasil uma certa “hegemonia” cultural, tornando o ocorrido mais significante para o público.

Em relação ao pragmatismo da cobertura midiática, foram escolhidos dois critérios, o da continuidade e o da composição. Referente à continuidade, os portais G1 e UOL acompanharam até que ocorresse o desfecho da história, nesse momento, trazendo à tona outros casos que o agressor cometeu, além de ter gerado grande apelo público pela instauração de uma lei que tipifique a agressão como crime. A composição foi escolhida pois o sucedido teve grande importância, acontecendo na avenida mais conhecida da capital paulista. Também concerne à luta do feminismo pela liberdade e respeito nos espaços públicos.

Em entrevista concedida à presente pesquisa em agosto de 2018, a jornalista Tainá Figueroa apontou que a mídia trata a violência contra a mulher por meio de novelas e filmes mas que, no jornalismo propriamente dito, existem tabus que são evitados. O fato é noticiado, contudo, há certa superficialidade e o assunto não é aprofundado como deveria. Para a jornalista, a mídia tem o poder de educar a população, propondo o papel de não apenas informar, mas incitar debates para que o leitor entenda o cerne das questões sociais por trás de cada notícia e possa formar sua própria opinião a respeito dos casos. O portal G1, em uma das matérias a respeito dos desdobramentos do caso, trouxe especialistas para discutir as questões que permeiam o assédio sexual contra mulheres no transporte público, além disso destacou as falhas na legislação brasileira para a criminalização desse tipo de violência. O caso gerou grande repercussão, e após quase 1 ano foi sancionada a Lei Nº 13.718 que tipifica o ato como crime de importunação sexual e endurece as penas para crimes de estupro.

Humanizar as estatísticas é extremamente importante. Ao expor vítimas, há a identificação com o ocorrido, aproximação com o receptor e facilidade na compreensão do caso. Porém, o equilíbrio é essencial, pois o portal noticioso deve manter-se imparcial, sem atribuir juízos aos envolvidos no fato. O UOL publicou, no dia dois de setembro de 2017, uma matéria expondo a ficha criminal do acusado, além do relato de um cobrador que presenciou a violência sexual no ônibus. A pesquisadora e também jornalista Ana Carolina Nunes, formada pela ECA-USP, salientou, em entrevista concedida à presente pesquisa em setembro de 2018, que a divulgação do

acontecimento alimentou ainda mais o medo das mulheres de circular pelas ruas de São Paulo, e mostrou a justiça falha no país. Segundo ela, no caso de Diego Ferreira de Novais, após mais de dez denúncias, o Estado poderia ter feito uma intervenção. O agressor deveria ter sido detido e passado por reabilitação, o que impediria que mais casos como o da importunação sexual no transporte público acontecessem.

Conclusões

A fim de buscarmos entender como a notícia foi abordada pelos dois veículos (G1 e UOL), foi selecionado o método da análise comparativa. O uso desse método possibilita que possamos averiguar a relação de contraste existentes entre os portais, bem como a forma de abordagem e a frequência com que lidaram com o tema em questão, para definir as principais diferenças jornalísticas entre os veículos na cobertura do caso. Percebemos que, ambos os veículos de comunicação selecionados noticiaram o caso de violência sexual ocorrido no dia 29 de agosto de 2017, e deram destaque a ele durante todo o período de desenvolvimento dos fatos - desde o momento em que Diego Ferreira de Novais comete o crime, até sua prisão, dias mais tarde.

No entanto, verifica-se maior empenho do portal G1 ao noticiar e acompanhar o ocorrido: há um número superior, cerca de 15 matérias. Com relação à extensão e tamanho das reportagens, quase todas as selecionadas variam de 4.000 a quase 6.000 caracteres. As matérias publicadas pelo portal de notícias UOL sobre o caso, em comparação ao G1, variam entre 2.000 a 5.000 caracteres por reportagem. O portal G1 também se destaca pela minúcia com a qual abordou o assunto. Podemos justificar esse fato pela maior quantidade de hiperlinks que deram mais credibilidade ao assunto abordado e retomaram os acontecimentos passados. O portal publicou artigos de opinião referentes ao caso, no qual destaca-se a perspectiva de cinco especialistas que buscam entender a impunidade referente aos agressores.

Em análise ao posicionamento dos portais, ambos noticiaram o fato de forma imparcial e contextualizada. Os veículos apresentaram neutralidade ao noticiar um fato de interesse do público, visto que os concorrentes também o fariam. O portal UOL, por conter uma página direcionada ao público feminino, *Universa*, abordou a perspectiva da vítima de uma forma mais direta. No desdobramento do fato, o portal contou com o testemunho do motorista do ônibus, que presenciou o ocorrido. O assunto em questão possui grande interesse da mídia, já que, mesmo com o amadurecimento do feminismo e

outras políticas públicas, o número de casos só aumenta. Tratar da violência contra a mulher no transporte público tem relevância aos meios de comunicação, e abre espaço para a ampliação da discussão através da visibilidade que portais de notícia podem oferecer ao caso.

Consideramos importante e viável a aplicação de entrevistas fechadas com o método de pesquisa survey, e entrevistas semiabertas. O método de pesquisa survey foi escolhido pois é o tipo de pesquisa que possibilita a coleta de vasta quantidade de dados originados de um grande número de entrevistados. Na pesquisa survey, o perfil dos entrevistados foi de 48,9% da faixa etária de 18 a 25 anos. O nível de escolaridade foi 35,8% correspondente ao Ensino Superior Incompleto, com renda de até dois salários mínimos. Com relação às perguntas direcionadas à cultura do país, obtivemos as respostas previamente esperadas. A pesquisa revelou que 76,6% das mulheres entrevistadas acreditam que o assédio sexual nos meios de transporte tem relação com a cultura machista presente no Brasil. Na questão da segurança, 49,6% das entrevistadas afirmaram não se sentirem seguras no transporte público. Com 39,4%, a resposta predominante para a pergunta sobre o número de mulheres que a entrevistada conhece que já sofreram algum tipo de assédio no transporte, teve resultado superior a quatro mulheres.

A partir das respostas obtidas pela pesquisa, podemos concluir que o assédio é real, porém ainda há um significativo número de mulheres que não o entendem de fato como uma violência, ou não se sentem seguras para realizar denúncias. O Brasil tem enraizado em sua cultura um viés machista amplamente popularizado, ao longo dos séculos. Num contexto histórico, a mulher sempre foi representada como um ser submisso: limitada pelos homens. Desde o nascimento, a mulher foi subjugada, primeiro pelo pai, depois pelo marido, a quem devia acima de tudo obediência. Entretanto, o papel da mídia é fundamental para a desconstrução da sociedade patriarcal, bem como o tratamento de problemáticas que há muito existem em nossa cultura, porém são mantidas em voz baixa. Além disso, o feminismo vem abrindo caminho para a reconstrução de um mundo menos violento, menos agressivo, menos opressor, sempre através de um pensamento crítico, na medida em que desconfia de coisas que, há anos, são tratadas como naturais.

Referências Bibliográficas

BARROS, Antonio & DUARTE, Jorge. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2006.

BUTLER, Judith. **Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo.** Berkeley: University of California, 1998.

CONCEIÇÃO, Antonio Carlos Lima da. **Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero.** Revista Brasileira de Sociologia da Emoção. Universidade Federal da Paraíba, dez. 2009.

MELO, José Marques de. **Estudos de jornalismo comparado.** São Paulo: Pioneira, 1972.

SAFFIOTI, Heleieth. **Violência de gênero no Brasil atual.** Florianópolis: Revista Estudos Feministas - Universidade Federal de Santa Catarina, 1994.

SANTOS, Cecília & PASINATO, Wânia. **Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil.** São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência - USP, 2005.

SANTOS, Simone Alves. **Assédio sexual nos espaços públicos: reflexões históricas e feministas.** Brasília: Revista do Programa de Pós-Graduação em História – UnB, n. 6, 2015.

SCOTT, Joan Wallach. **Os usos e abusos do gênero.** São Paulo: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História – PUC/SP, dez. 2012.

SILVA, Susana Veleza da. **Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações.** Rio Grande: Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande, 2000.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação.** Lisboa: Editorial Presença, 2003.